



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Teorias e Metodologias [AT]

A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE COMO INSTRUMENTAL DE PESQUISA QUALITATIVA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA INTRODUÇÃO

MOTTA, Diego Airoso da

Doutorando em Sociologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

diegoairoso@ufrgs.br

Resumo

O *paper* busca tratar alguns aspectos do referencial metodológico conhecido como Hermenêutica de Profundidade (HP), concebido por John Thompson com base na discussão de Paul Ricoeur sobre a interpretação das formas simbólicas. Thompson procura amplificar essa abordagem, ancorando-a em uma perspectiva macro, através da contextualização sócio-histórica como condicionante das práticas sociais, mas sem se desligar da dimensão microssocial, a realidade cotidiana em que de fato ocorrem a produção e a recepção das formas simbólicas. Também evidencia a relevância da racionalidade argumentativa de Habermas já que a HP trata de tentar interpretar esses signos e, fundamentadamente, propor sentidos possíveis e viáveis a eles. Precisamente, ainda que de forma superficial, introdutória, no texto são debatidos tópicos metodológicos da HP – como suas etapas, que se articulam e se complementam, e a importância de sistematizar teoria, método e criatividade do pesquisador – e uma breve forma de aplicação específica deste referencial – a interpretação da ideologia, a partir da noção proposta pelo próprio Thompson para o termo.

Abstract

The paper speak about some aspects of the methodological framework known as Depth Hermeneutics (HP, in portuguese), designed by John Thompson based on the discussion of Paul Ricoeur on the interpretation of symbolic forms. Thompson amplifies this approach, anchoring it in a macro perspective, considering the socio-historical context as a determining factor of social practices, but linked with the micro-scale of society, that is, everyday reality when the production and reception of symbolic forms occur. The author also highlights the relevance of argumentative rationality of Habermas, since the DH tries to interpret these signs and, basically, propose possible and feasible senses to them. Precisely, even in a superficial and introductory level, the text discusses methodological topics of HP – like its stages, which are articulated and complementary each other, and the importance to systematize theory, method and the researcher creativity – and a short example of specific application of this framework: the interpretation of ideology, based on the notion proposed by Thompson himself for the term.

Palavras-chave: Hermenêutica de Profundidade; Pesquisa social; Metodologia.

Keywords: Depth Hermeneutics; Social Research; Methodology.

1. Aspectos introdutórios: a discussão quanti-quali na pesquisa social e o lugar da hermenêutica de profundidade

Devido, em boa parte, à sua origem epistemológica positivista, por um bom tempo as ciências sociais tiveram na pesquisa quantitativa o caminho supostamente seguro para alcançar as respostas que sempre procuraram, a respeito dos problemas que se propuseram a tematizar.

A pesquisa quantitativa, baseada sobretudo na coleta e tratamento de dados estatísticos, como bem cabe ao duro mundo dos números, parecia proporcionar a objetividade necessária à abordagem científica do social, diferenciando-a do subjetivismo do senso comum e do mundo das ruas que, sendo seu objeto de estudo, com ela não podia se confundir.

Somente num passado recente é que os estudos do social têm utilizado e convivido mais intensamente com a pesquisa de matriz qualitativa¹. De fato, fala-se em convivência uma vez que até pouco tempo a pesquisa quantitativa gozava de um certo *status* praticamente exclusivista em função de uma visão que colocava ambas as orientações – quantitativa e qualitativa – em polos opostos, no que acabava constituindo uma arena de disputa entre o dado e a interpretação, com franca prevalência daquele. Ora, não percebiam os pesquisadores desse momento que o dado oriundo do instrumental quantitativo não serve à análise sociológica sem que seja interpretado, da mesma forma que uma tal interpretação não se justifica sem que tenha a devida fundamentação em dados (nesse caso, não necessariamente quantitativos) (Bauer, Gaskell e Allum, 2010), obtidos em vista dos rigores metodológicos que a moderna ciência social sempre soube exigir de seus agentes de pesquisa.

A recente “descoberta” da pesquisa qualitativa, contudo, não se deu sem desconfianças. Estas, por sua vez, se baseiam especialmente nas discussões sobre a confiabilidade e relevância das técnicas próprias à pesquisa qualitativa, critérios que o molde quantitativo teria mais facilidade em corresponder. Em resposta às suspeitas lançadas sobre sua validade como orientação de pesquisa social, os estudos qualitativos – que por sua natureza são indicados para investigar determinados problemas de pesquisa em que análises quantitativas muitas vezes não se mostram as mais indicadas – fazem uso de mecanismos equivalentes aos usados para garantir a qualidade da pesquisa quantitativa. Um exemplo pode ser dado no que se refere a formas de coleta de dados em uma e outra orientação de pesquisa.

Conforme Bauer e Aarts (2010), em lugar de lançar mão da *representatividade* como critério primordial para compor a seleção de elementos a serem analisados, como seria próprio da pesquisa quantitativa, à pesquisa qualitativa é mais adequado estruturar-se sobre a *amplitude*, a variedade de tipificações do fenômeno em estudo. Dessa forma, bebendo na fonte dos estudos da área da Linguística, a ciência social tem-se utilizado da noção de *corpus* para construir seu objeto de pesquisa em termos qualitativos, diferentemente do que ocorre na modalidade quantitativa, que em contexto semelhante, daria espaço a uma seleção baseada na amostragem estatística aleatória: “[...] a construção do *corpus* tipifica atributos desconhecidos, enquanto que a amostragem estatística aleatória descreve a distribuição de atributos já conhecidos no espaço social” (Bauer; Aarts, 2010, p. 40).

A preocupação em garantir a confiabilidade e a relevância da pesquisa qualitativa não se limita tão-somente à composição da seleção de dados, mas também à forma como eles deverão ser tratados. Haja vista depositar na dimensão interpretativa uma parte significativa de sua energia analítica, o estudo qualitativo deve formular com clareza o arcabouço metodológico com o qual quer produzir inferências sobre os fenômenos sociais.

Neste sentido, a hermenêutica de profundidade (HP), proposta por John B. Thompson (1995), se apresenta como importante conjunto de ferramentas teórico-metodológicas para a pesquisa social qualitativa, principalmente porque, conforme Veronese e Guareschi (2006, p. 87), “o referencial metodológico da HP inclui formas de análise complementares entre si, partes de um processo interpretativo complexo”.

A HP se debruça especialmente sobre os modos como as formas simbólicas são produzidas, processadas e postas em circulação na sociedade. A proposta de Thompson parte de uma perspectiva metodológica menos

descritiva e mais analítica, interpretativa, em que a racionalidade argumentativa tem um papel preponderante. Isso pois, nessa orientação, a interpretação construída pelo pesquisador em relação aos fenômenos sociais a que se dedica – necessariamente relacionados à dimensão cultural e política – deve se dar em um contexto de argumentação de sua validade diante de todas as outras interpretações possíveis. Seus principais interlocutores nessa formulação são Bourdieu e, obviamente, Habermas.

Sobre a HP, tratamos a seguir, conceituando-a; tratando de sua validade como instrumental de pesquisa qualitativa; evidenciando as fases em que se compõe e a forma como estas se articulam; discutindo a importância que deposita na racionalidade argumentativa como fundamento para a constituição de aproximações ao entendimento dos fenômenos sociais; verificando, ainda que superficialmente, aspectos práticos de sua aplicação para a análise da ideologia presente nas formas simbólicas.

2. A proposta da hermenêutica de profundidade

A hermenêutica de profundidade é caracterizada por Thompson (1995, p. 33), como um “referencial metodológico geral para análise dos fenômenos culturais, isto é, para a análise das formas simbólicas em contextos estruturados”. É aplicável tanto à análise cultural quanto à análise da ideologia, onde ambas se referem aos processos de construção de sentidos por meio de formas simbólicas. De fato, a análise cultural diz respeito ao estudo das relações entre as formas simbólicas e os contextos sócio-históricos dentro dos quais e através dos quais estas formas simbólicas produzem sentidos. Já a análise da ideologia trata das maneiras como esses sentidos são utilizados para produzir e reproduzir certas relações de poder. Nos termos formulados por Thompson (1995), que diz ter dela uma concepção crítica, ideologia são “as maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas”, ou nas palavras mais categóricas do próprio autor, “relações de dominação”. “Ideologia – segue Thompson –, falando de uma maneira mais ampla e ao mesmo tempo categórica, é *sentido a serviço do poder*” (p. 16, grifo do autor). Este conceito se refere aos “*usos sociais das formas simbólicas*”, ou seja, ao questionamento sobre *se* e *como* “as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas” (Thompson, 1995, p. 18, grifo do autor). Segundo o autor,

Este enfoque pode levar-nos a olhar uma forma simbólica ou um sistema como ideológico num contexto e como radical, subversivo, contestador noutro. Pode levar-nos a ver o discurso sobre direitos humanos, por exemplo, como apoiando o *status quo* num contexto e como subversivo noutro (Thompson, 1995, p. 18).

É, portanto, a hermenêutica de profundidade, a análise da construção de sentidos presentes nas ações e relações cotidianas das pessoas, além da contextualização sócio-histórica das formas simbólicas constituintes deste processo, bem como do uso dos sentidos aí produzidos para servir à dominação ou para superá-la.

A hermenêutica de profundidade foi inicialmente proposta por Paul Ricoeur, cuja concepção lançava demasiadas luzes sobre as formas simbólicas em si mesmas (como os textos) e deixava de lado a análise dos contextos sócio-históricos em que estas formas simbólicas eram produzidas e recebidas. Thompson então traz essa dimensão analítica contextual para dentro do referencial metodológico da HP.

Ela tem em conta o fato de que o objeto da análise social já é, na origem, uma interpretação por parte dos sujeitos que vivem a realidade, ou seja, os fenômenos sociais são pré-interpretados por quem os vivencia. Logo, o analista que se dedica a estudá-los produz uma *reinterpretação*, o que requer dele que se cerque de definidas e efetivas condições metodológicas para apreender o pré-interpretado.

Essa apreensão compõe uma das fases componentes da HP ou o que se poderia chamar de etapa preliminar: a interpretação da doxa.

2.1 A interpretação da doxa

A interpretação da doxa é o momento prévio da HP, pois busca mapear as opiniões, as crenças, o senso comum, a compreensão, enfim, que as pessoas têm do ambiente social de que participam. É a descrição fenomenológica daquilo que se quer estudar, na forma como faticamente se coloca no próprio campo. Em

outras palavras, é a interpretação da doxa, ou seja, das opiniões, das crenças, que vai tentar se apropriar da pré-interpretação que as pessoas fazem sobre as formas simbólicas de que tomam parte e com elas compõem e entendem sua realidade. Segundo Veronese e Guareschi (2006, p. 88), “a interpretação da doxa é a hermenêutica da vida cotidiana, uma avaliação criteriosa de como os sujeitos entendem sua realidade cotidiana”.

É uma interpretação de como o campo de pesquisa se dá, uma explanação geral sobre a rede de significados formada pelas pessoas a partir do que elas percebem e compreendem das formas simbólicas que criam e a que estão sujeitas, sejam elas textos, falas, imagens ou ações de toda ordem.

Este momento da pesquisa visa a evitar que a análise das formas que circulam socialmente – objeto primordial da HP – seja desconectada dos contextos sociais nos quais efetivamente são concebidas e processadas. Não levar em conta a importância da interpretação da doxa é desconsiderar a dimensão de que os fenômenos sociais, antes da chegada do pesquisador ao campo, já são aí interpretados pelas pessoas na dinâmica de sua vida cotidiana.

Thompson (1995) chama a atenção ainda para o fato de que esta etapa etnográfica da HP, ao contrário do que possa parecer, é apenas o primeiro passo da pesquisa elaborada nesses termos. Ela procura dar um panorama inicial de como as formas simbólicas a serem analisadas estão sendo compreendidas pelas pessoas: “Há muitos que, pelo fato de descreverem, às vezes pormenorizadamente, os fenômenos como eles se dão, como fluem, etc., já consideram o trabalho hermenêutico completo, o que não seria o caso a perspectiva da HP” (Veronese; Guareschi, 2006, p. 88).

A pesquisa que não avança deste ponto abandona a provável ocorrência de um vasto campo de situações normalmente não percebidas ou negligenciadas pelos sujeitos na realidade cotidiana e que, muitas vezes, são fundamentais para o entendimento dos fenômenos sociais. É aí que entram em cena as demais fases da HP, que, embora guardem entre si conexões de complementaridade, não necessitam, *sine qua non*, serem realizadas numa ordem cronológica pré-definida. A forma como as diferentes etapas da HP deverão ser utilizadas será estabelecida em função da natureza e das necessidades da pesquisa a ser realizada, bem como do espírito crítico e criativo do pesquisador.

Seja como for, Thompson as apresenta da forma como trazemos a seguir.

2.2 A análise sócio-histórica

As formas simbólicas a partir das quais as pessoas, criando-as e interpretando-as, constroem sentidos e sua percepção da realidade, são concebidas sob “condições sociais e históricas específicas” (THOMPSON, 1995, p. 365). As formas simbólicas não se produzem num vazio, mas num espaço e tempo específicos, com base em determinadas redes de relações políticas, dentro de certas estruturas sociais e sob a forma de certas dinâmicas interacionais.

Nas palavras de Veronese e Guareschi (2006, p. 88, grifo dos autores), “ao realizar a *análise sócio-histórica*, reconstituímos as condições sociais de produção, circulação e recepção das formas simbólicas”. É a isso que Thompson (1995, p. 363) chama de “contextualização social das formas simbólicas”, sua ancoragem sócio-histórica, sem a qual qualquer análise da construção de sentidos na vida social fica à deriva. Na dimensão analítica sócio-histórica, contempla-se, a um só tempo, “tanto uma interpretação dos padrões de significado incorporados pelos sujeitos como uma análise das implicações de poder e conflitos a eles subjacentes, através da atenção aos modos de operação da ideologia” (Veronese; Guareschi, 2006, p. 88).

Têm-se, então, que a análise sócio-histórica se dedica a examinar basicamente 4 dimensões da realidade social:

a) situações espaço-temporais: dizem respeito ao recorte temporal e espacial em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas pelas pessoas, elas mesmas também inseridas em contextos espaciais e temporais específicos;

b) campos de interação: nitidamente dialogando com Bourdieu, Thompson (1995) se refere aos campos de interação como “um espaço de posições e um conjunto de trajetórias, que conjuntamente determinam

algumas das relações entre pessoas e algumas oportunidades acessíveis a elas” (p. 366). As posições e as trajetórias, por sua vez, refletem diferentes recursos ou capitais disponíveis aos que interagem e que, na interação mesma, os colocam em prática, distinguindo-os ou aproximando-os entre si, seja sob a forma de capital simbólico (méritos acumulados, prestígio e reconhecimento), seja como capital cultural (conhecimento, habilidades e qualificações educacionais) (Veronese; Guareschi, 2006);

c) instituições sociais: são o conjunto estável de regras e recursos, bem como das relações sociais daí derivadas, que se formam dentro dos campos de interação, dando a eles uma forma específica através da determinação de uma série de posições e trajetórias desejáveis à sua reprodução. Do mesmo modo, as instituições sociais acabam criando novos campos de interação, estabelecendo novas posições e trajetórias, na medida exata das necessidades de manutenção das relações de dominação que sustentam. Assim, a dinâmica das instituições sociais é determinante sobre a forma como é operada a ideologia e, por extensão, sobre o modo como as formas simbólicas são articuladas para servir ao poder.

d) estrutura social: refere-se às assimetrias e às desigualdades presentes nas instituições sociais e nos campos de interação a elas vinculados. Falar em estrutura social leva-nos a pensar em uma imagem topográfica da disposição dos sujeitos dentro do corpo social e nos mecanismos que, em diversas situações, tornam essa disposição desigual – para além das diferenças individuais que naturalmente os indivíduos apresentam – estável, sistemática e duradoura no tempo, “em termos de distribuição e acesso a recursos, poder, oportunidades e possibilidades de realização” (Thompson, 1995, p. 367).

Além da análise dessas 4 dimensões, o autor ainda chama a atenção para que se tenha em conta a relevância do estudo dos meios técnicos utilizados para construir e transmitir as formas simbólicas. Mesmo esses meios, que vão da voz humana a equipamentos eletrônicos como telefone, rádio ou televisão, estão perpassados pelo contexto sócio-histórico em que estão inseridos e onde são utilizados.

Em suma, de acordo com a formulação de Thompson, a tarefa da análise sócio-histórica

é reconstruir as condições e contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, examinar as regras e convenções, as relações sociais e instituições, e a distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtude das quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados (Thompson, 1995, p. 369).

Haja vista a HP se basear no interesse pela forma como a ideologia se manifesta, ou seja, pelo modo como a produção de sentido para interpretar a realidade atua em favor da manutenção das relações de dominação postas, a análise sócio-histórica é o momento em que se procura esquadrihar o contexto social mais amplo em que esse movimento se constitui.

2.3 A análise formal ou discursiva

Ainda que estejam em relação direta com o contexto sócio-histórico em que se produzem e no qual circulam, e tenham os mais diversos e peculiares modos de serem apreendidas pelas pessoas na construção da realidade cotidiana, as formas simbólicas, em si mesmas, apresentam estruturas articuladas que buscam dizer algo sobre alguma coisa. A análise formal ou discursiva diz respeito ao exame das condições internas de produção das formas simbólicas, às características inerentes à sua estrutura, às relações que estabelecem e aos padrões formais com que se apresentam os textos, imagens, falas e ações. Esta fase da HP parte da premissa de que as formas simbólicas têm a potência de expressar a intenção de quem interage por meio delas, produzindo sentidos e tentando, de certa forma, fazer produzir sentidos nos interlocutores. O exame discursivo das formas simbólicas se dedica a dissecá-las, a produzir sobre elas um processo de *análise*, de separação e definição de seus elementos tal como se mostram. Com base nisso, busca-se compreender os sentidos presentes e, posteriormente, processar uma recomposição de seus componentes na fase da (re)interpretação (que veremos a adiante).

Para isso, é fundamental pensar na noção de discurso. Conforme Bardin (2010), haveria uma definição de *discurso* própria dos pensadores franceses, ligadas à escola estruturalista e à linguística: “Entendemos por ‘discurso’, essencialmente organizações transfrásicas que decorrem de uma tipologia articulada em

condições de produção sócio-históricas” (Maingueneau, 1987 apud Bardin, 2010, p. 274); e outra oriunda do pensamento anglo-saxônico: “Qualquer forma de interação formal ou informal, qualquer linguagem no seu contexto social e cognitivo” (Bardin, 2010, p. 274). Thompson, por sua vez, mescla ambas as definições, dizendo ser o discurso “*as instâncias de comunicação correntemente presentes*” (1995, p. 371), ou ainda, a comunicação tal como acontece, desde uma conversa entre amigos até matérias jornalísticas e emissões televisivas. O discurso, para o autor, é mais do que uma frase ou expressão isoladas, mas sim um encadeamento específico delas, de forma a constituir uma unidade linguística ordenada, que exprime e conforma um determinado sentido e, ainda, é produzido sob certas circunstâncias sócio-históricas.

A tarefa de avaliar a estrutura interna das formas simbólicas abre uma gama muito grande de opções de técnicas de análise, pois muitas são as possibilidades de realizar essa etapa. As técnicas a serem utilizadas dependerão das demandas da pesquisa, sendo a(s) indicada(s) aquela(s) que melhor venha(m) a supri-las. Não nos deteremos aqui na descrição pormenorizada das diversas técnicas de análise formal dada a sua incrível quantidade de modalidades e variações². Limitaremos-nos apenas a citar algumas delas.

No caso de imagens, por exemplo, a análise semiótica é uma interessante possibilidade de apreensão e decomposição de seu conteúdo. Em se tratando de textos (ou de falas transcritas), seu exame formal pode se oferecer sob diversos modos da análise de discurso. Esta pode se dar como análise de conversação, análise sintática, análise da narrativa, análise argumentativa, análise de conteúdo, análise temática, dentre outras tantas. A análise de conversação se debruça sobre a forma como as interações linguísticas se dão na prática, avaliando, por exemplo, a ordem em que os interlocutores falam, como ocorre a transição da palavra de um falante a outro, etc. A análise sintática se propõe a examinar como a gramática e a sintaxe são construídas no plano concreto da comunicação cotidiana. A análise da estrutura narrativa, de forma sumária, trata da forma como se contam histórias, sejam elas ficcionais ou verdadeiras, percebendo como se dá o encadeamento do enredo, a abordagem dos personagens, a ênfase nos eventos trazidos pela narrativa. Já a análise argumentativa busca avaliar como se estabelecem nas interações comunicativas a interposição de argumentos, ou seja, “de proposições ou asserções, tópicos ou temas, encadeados conjuntamente de uma maneira mais ou menos coerente” e que visem ao convencimento de uma determinada audiência (Thompson, 1995, p. 375). A análise de conteúdo pode aparecer, por exemplo, como aquilo que Bauer (2010) chama de análise de conteúdo clássica, mais freqüencial, quantitativa, na qual se busca aplicar padrões de estatística descritiva ao texto analisado procurando demarcar a quantidade de vezes que certas ocorrências se processam no texto e as implicações disso sobre a produção de sentido³, ou mesmo sob um viés mais qualitativo, cujo enfoque se dá sobre aspectos como “‘tipos’, ‘qualidades’, ‘distinções’ no texto” (Bauer, 2010, p. 190). Segundo Gomes (1998, p. 74), entre as funções da análise de conteúdo como técnica de pesquisa, está “*a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos*, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (grifo do autor). Para Bardin (2010, p. 11), a análise de conteúdo, na medida em que se traduz em uma atitude de interpretação, movimenta-se entre a objetividade da ciência e a subjetividade do pesquisador: “Tarefa paciente de ‘desocultação’, responde a esta atitude de *voyeur* de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico”. Estas descrições da análise de conteúdo, embora a técnica em si se mostre como uma opção analítica viável, não parece se encaixar no objetivo da análise discursiva conforme apresentada por Thompson, na medida em que ela não se preocupa necessariamente em desvelar verdades *latentes*, mas sim as verdades *patentes*; o que está manifesto, ainda que sob uma forma tangente; o profundo presente na superfície do texto.

Tratadas algumas das modalidades da análise discursiva, cabe falar sobre a (re)interpretação, como etapa complementar às fases anteriormente discutidas.

2.4 A reinterpretação

Articulando e complementando as outras etapas da HP, a reinterpretação se ocupa da compreensão do que representam, do que dizem as formas simbólicas. É o momento em que se formulam interpretações viáveis e plausíveis sobre o que as formas simbólicas tentam dizer, para além do que comumente se apreende delas no cotidiano social. “As formas simbólicas dizem algo, elas dizem alguma coisa sobre algo, e é esse caráter transcendente que deve ser compreendido pelo processo de interpretação” (Thompson, 1995, p. 376).

Se na análise formal, procede-se à dissecação do material simbólico sob estudo, separando-o em unidades de significado num processo de *análise*, na fase de reinterpretação o que se tem em conta é a *síntese*, o reagrupamento dos elementos decupados sob a forma de hipóteses interpretativas (ou reinterpretações) das formas simbólicas, incorporando o conteúdo destas ao cenário sócio-histórico de sua produção e circulação.

O fato é que se sustenta a concepção de que as formas simbólicas precisam ser compreendidas com referência às condições sócio-históricas de sua produção e recepção, tanto quanto com referência à sua estrutura interna, seus padrões e efeitos (Veronese; Guareschi, 2006, p. 90).

Essa ligação é primordial para evitar os problemas apontados por Thompson (1995) referentes à aplicação isolada dos procedimentos da HP, o que pode levar ao que chama de falácias do *reducionismo* e do *internalismo*, possíveis de ocorrer, no caso desta, quando se processa uma análise das mensagens sem considerar o contexto sócio-histórico, político e cultural em que são produzidas, no caso daquela, quando se supõe “que as formas simbólicas podem ser analisadas exaustivamente em função das condições sócio-históricas de sua produção” (Thompson, 1995, p. 377). Em outros termos, nem texto sem contexto, nem contexto sem texto.

Todo esse processo, articulado e sistematizado, é indispensável à análise das formas simbólicas, em função de seu já referido caráter pré-interpretado. As formas simbólicas não existem no vácuo; existem sim na realidade cotidiana das pessoas que, para tentar compreendê-la, interpretam as formas simbólicas que recebem e recriam, formulando sentidos a elas. Por conta disso, o analista que venha a estudar essas formas está em meio à sua reinterpretação, evidenciando a complexidade de tal intento.

Dentro do referencial da HP, esta fase, mais do que as anteriores, vai demandar uma forte articulação entre um denso arcabouço teórico a respeito do tema em estudo e as informações obtidas nas etapas metodológicas anteriormente tratadas.

Thompson (1995) alerta ainda para a possibilidade que a reinterpretação apresenta em produzir um distanciamento, um conflito, entre o sentido reinterpretado pelo analista e o sentido pré-interpretado pelos sujeitos sociais. Contudo, ao contrário do que possa parecer, tal situação, se não for mesmo desejável, pode ser considerada uma decorrência quase natural da reinterpretação.

É essa possibilidade de conflito de interpretações, uma divergência entre uma interpretação de superfície e uma de profundidade, entre pré-interpretação e reinterpretação, que cria o espaço metodológico para o que eu descreveria como o *potencial crítico da interpretação* (Thompson, 1995, p. 376, grifo do autor).

Fica claro nesta etapa que a HP é um conjunto de procedimentos metodológicos que supõe a *proposição de sentidos possíveis* às formas simbólicas para a compreensão da realidade social, o que deve estar devidamente sustentado (a) no rigor da aplicação da metodologia, (b) na apreensão teoricamente fundamentada do fenômeno social, (c) no devido cotejamento dos dados obtidos na pesquisa e, mais do que tudo, (d) na capacidade de costurar todos esses elementos e empreender uma forte racionalidade argumentativa para, no espaço público das discussões sociológicas, fazer sentir a viabilidade e plausibilidade das hipóteses interpretativas levantadas, cujo confronto com outras interpretações possíveis é indesejável, nesse contexto.

3. A interpretação da ideologia como preocupação da hermenêutica de profundidade

Para Thompson (1995), a interpretação da ideologia é uma forma particular de uso da HP; um uso que destaca um potencial crítico desta ferramenta metodológica. Assim, as diferentes fases da HP são direcionadas às necessidades de pesquisa em termos de contextualização do cenário e fixação dos modos nos quais a ideologia pode estar sendo operada. A análise sócio-histórica, por exemplo, pode tratar das relações de dominação que orbitam o fenômeno social em estudo, ao qual as formas simbólicas presentes vão se referir, produzindo (ou não) sentidos ideologicamente orientados. A análise formal/discursiva, mais diretamente, buscaria apreender na estruturação interna das formas simbólicas – elas como são – o modo como estas estariam mobilizando a produção de sentidos. Veronese e Guareschi (2006) apresentam um quadro elucidativo – criado por Thompson (1995), mas complementado por Guareschi (2002 apud Veronese;

Guareschi, 2006, p. 90) – em que são dispostos possíveis modos de operação da ideologia e suas respectivas estratégias de construção simbólica. A título de ilustração, reproduzimo-lo abaixo.

Modos gerais	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
Legitimação	Racionalização, Universalização, Narrativização
Dissimulação	Deslocamento, Eufemização, Tropo (metonímia, metáfora, sinédoque)
Unificação	Estandarização, Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação, Expurgo do outro
Reificação	Naturalização, eternalização, nominalização
Banalização	Divertimento, Fait-divers, Ironia, Chiste

Quadro 1 – Modos e estratégias de operação da ideologia (Veronese; Guareschi, 2006, p. 90)

De fato, no trabalho produzido durante a análise formal, num primeiro momento se procede ao mapeamento das estratégias discursivas utilizadas, para daí se chegar aos modos gerais de operação da ideologia. Neste momento, o pesquisador já passa a se encontrar em uma faixa de transição para a etapa da reinterpretação, uma vez que está processando as formas simbólicas sob outro formato, analítica e criativamente filtrado, estabelecendo a conexão, a *síntese*, entre elas e seus possíveis usos ideológicos em prol das relações de dominação que pretensamente visam a manter e que a análise sócio-histórica já devidamente tratou de explicitar.

A interpretação da ideologia é um processo de síntese criativa. É criativo no sentido que ele envolve a construção ativa do sentido, a explicação criativa do que está representando ou do que é dito. O sentido é determinado e predeterminado através de um processo contínuo de interpretação (Thompson, 1995, p. 379).

Interpretar a ideologia supostamente presente no sentido proposto por determinadas formas simbólicas, através do uso do instrumental da HP, configura-se em um grande desafio ao pesquisador. A projeção de interpretações e sentidos possíveis, a partir da concatenação entre as análises sócio-histórica e formal-discursiva, ganha em complexidade quando se quer, ainda, verificar se esses sentidos carregam consigo o objetivo de reproduzir relações de dominação, o objetivo, enfim, da ideologia, conforme a acepção thompsoniana.

Para Thompson, a dificuldade manifesta em tal pretensão se explica pela necessidade de submeter as interpretações da ideologia, formuladas com base na HP, à apreciação da crítica de outras interpretações possíveis e da própria rede de relações de dominação que visa a denunciar – ambos (e inclusive o posicionamento dos supostos dominados) podendo categoricamente negar sentidos vistos como ideológicos. Assim, a explicitação da ideologia pode ter reflexos na própria ordem social a que se refere e talvez aí resida seu ponto crucial.

A interpretação da ideologia [...] não é apenas uma projeção de um significado possível, mas uma intervenção potencial na vida social, isto é, uma projeção que pode intervir nas próprias relações sociais que o objeto de interpretação serve para sustentar (Thompson, 1995, p. 380).

Aqui, mais uma vez, torna-se evidente a importância da razão argumentativa para o sucesso do empreendimento analítico caracterizado pela HP. Há que se ter um forte embasamento metodológico, teórico e empírico para sustentar as interpretações significativas sugeridas e sua ligação com sentidos ideológicos propostos.

4. Considerações finais

Dentro da pesquisa social, especialmente no que se refere à análise de fenômenos sociais que estejam ligados à dimensão da cultura, a HP se oferece como um instrumental eficiente, abrangente, crítico, embora complexo. Com suas diversas etapas, que devem ser coerentemente articuladas e criativamente realizadas, ela se propõe a abordar os modos como as formas simbólicas se apresentam na realidade cotidiana, o lugar onde a sociedade efetivamente acontece, o micro, mas de forma a jamais desconectar essa dimensão dos macroprocessos que condicionam essa realidade.

É uma análise dos temas emergentes, da relação com o contexto sócio-histórico de produção dos textos, imagens, falas e ações. É uma construção de hipóteses, tentativas-compreensivas de interpretação possíveis e plausíveis sobre as formas simbólicas.

Muito mais do que desvelar os sentidos ocultos do texto *lato sensu*, na HP se vão propor sentidos viáveis, presentes nos signos com os quais nos deparamos no dia-a-dia, seguindo uma orientação teórica robusta, a análise criteriosa dos dados empíricos obtidos com seus procedimentos e a própria criatividade, sagacidade, crítica e reflexão do pesquisador. Essas hipóteses interpretativas devem ser muito bem fundamentadas, sob pena de serem rechaçadas em face de outras interpretações possíveis e calcadas em bases mais sólidas de argumentação. Sobre esse cuidado primordial da HP, Thompson (1995, p. 415) veementemente recomenda: “A plausibilidade ou não da interpretação é questão de julgamento baseado na verificação, dentro de condições de não-imposição, da evidência dos argumentos aduzidos para fundamentar a interpretação”.

É um processo aberto, que pode ser discutido, questionado; um terreno movediço mesmo, baseado na racionalidade comunicativa/argumentativa e na capacidade de se produzir debates diante de compreensões alternativas.

Nesse sentido, a perspectiva interpretativa oferece outro risco importante e anterior à sua disposição à discussão pública: o de o pesquisador ser levado por suas impressões apriorísticas e se desviar da cientificidade a que a boa pesquisa social não pode deixar de corresponder. Contudo, a HP, como um referencial metodológico sistemático, complexo e que envolve vários momentos e dimensões analíticas, do macro ao micro, exige do pesquisador, mais do que nunca, rigor e atenção, seriedade e disciplina, com vistas a não reproduzir, na própria prática de pesquisa, as relações de dominação que pretende denunciar, operando-as pelo contrário, mas dentro da mesma lógica de imposição de verdades e posicionamentos infundados.

Referências bibliográficas

Bardin, Laurence (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bauer, Martin W (2010). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In Bauer, Martin W; Gaskell, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes. pp. 189-217.

Bauer, Martin W; Aarts, Bas (2010). A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In Bauer, Martin W; Gaskell, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes. pp. 39-62.

Bauer, Martin W; Gaskell, George; Allum, Nicholas C (2010). Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In Bauer, Martin W; Gaskell, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes. pp. 17-36.

Gill, Rosalind (2010). Análise de discurso. In Bauer, Martin W; Gaskell, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes. pp. 244-270.

Gomes, Romeu (1998). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In Minayo, Maria Cecília de S. (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis/RJ: Vozes. pp. 67-80.

Thompson, John B (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Veronese, Marília V; Guareschi, Pedrinho A (2006). Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. *Ciências Sociais Unisinos*, 42(2), pp. 85-93.

¹ Bauer, Gaskell e Allum (2010, p. 23) falam em “entusiasmo recente pela pesquisa qualitativa”.

² Segundo Gill (2010), só a análise de discurso conta com cerca de 57 formas diferentes de examinar textos.

³ Essa forma de conduzir a análise formal, não sem razão, é alvo de críticas por desconsiderar a importância daquilo que está ausente ou encontrado com pouca frequência no texto (Bauer, 2010).